- **Patrimônio Vivo – Lei nº 20.368, de 7/8/2012**

Ementa: Institui o registro do Patrimônio Vivo do Estado de Minas Gerais.

Origem: Projeto de Lei nº 832/2011, de autoria do Deputado Carlin Moura.

Essa norma tem por finalidade assegurar que indivíduos e grupos representativos da cultura mineira detentores de práticas e técnicas que contribuam para a preservação da memória e da diversidade cultural de Minas Gerais sejam reconhecidos, legitimados e obtenham meios para difundir seu conhecimento. Para tanto, estabelece medidas para a instituição do Registro do Patrimônio Vivo no Estado como uma das formas de proteção a nosso patrimônio cultural imaterial. O patrimônio vivo integra, assim, o chamado patrimônio cultural imaterial, que é constituído pelos saberes, formas de expressão, celebrações e lugares, e que se transmite de geração em geração e carrega os sentimentos de identidade e pertencimento de uma dada comunidade.

Os dispositivos constantes da lei buscam proteger e promover expressões culturais tradicionalmente deslegitimadas pelo poder público e que hoje vem sendo reconhecidas como importantes para a formação das identidades mineiras e brasileiras e constituintes fundamentais do patrimônio cultural do País.

Poderá ser considerada Patrimônio Vivo do Estado, assim, a pessoa natural ou o grupo de pessoas naturais, dotado ou não de personalidade jurídica, detentor de conhecimentos, práticas ou técnicas que contribuam para a preservação da memória e da diversidade artístico-cultural mineira. Esses beneficiários terão direito ao uso do título “Patrimônio Vivo do Estado” e à atribuição de pontuação específica, conforme edital, na análise de projetos por eles apresentados nos programas estaduais de fomento e incentivo à cultura, desde que relacionados à atividade cultural que tenha justificado o registro. Também farão jus a transferência gratuita de bens, valores e benefícios por órgãos e entidades da administração em programas que tenham por objetivo a preservação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado, nos termos estabelecidos pela Lei Estadual nº 18.692, de 30/12/2009.